

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiaí

Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiaí**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiaí** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de janeiro de 2018.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		34.631	3.464
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		7.709	25.695
Aplicações financeiras – com restrição	04	352.650	209.545
Aplicações financeiras – sem restrição	03	246.604	155.096
Recursos a receber - parceria		150.543	423.981
Adiantamentos		69.752	66.846
Outros ativos circulantes		8.610	8.204
Total do ativo circulante		870.499	892.831
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações financeiras – sem restrição	03	6.449.158	5.854.294
Depósito Judicial		28.000	51.153
Imobilizado	05	2.872.820	2.863.405
Intangível	06	9.362	20.153
Total do ativo não circulante		9.359.340	8.789.005
TOTAL DO ATIVO		10.229.839	9.681.836

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		65.188	75.968
Obrigações sociais e fiscais		59.719	88.129
Provisão de férias e encargos		160.296	152.149
Projetos a executar/Receitas diferidas		485.850	353.929
Outros passivos circulantes		6.791	8.165
Total do passivo circulante		<u>777.844</u>	<u>678.340</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contingências a pagar	09	119.086	229.492
Receitas diferidas		157.637	201.721
Total do passivo não circulante		<u>276.723</u>	<u>431.213</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		9.175.272	8.572.283
Total do patrimônio líquido		<u>9.175.272</u>	<u>8.572.283</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>10.229.839</u>	<u>9.681.836</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais

RECEITAS	2017	2016
RECEITAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL		
Colaboração Municipal	54.994	58.260
Outros Projetos	20.000	-
Receitas Financeiras	577	202
Receitas Diferidas	41.883	10.475
TOTAL DAS RECEITAS DA ASSISTENCIA SOCIAL	117.454	68.937
RECEITAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO		
Colaboração Municipal	1.540.390	1.481.886
Colaboração Estadual	700.894	819.525
Colaboração Federal	-	10.300
Receitas Financeiras	13.866	28.956
Receitas Diferidas	2.201	401
TOTAL DAS RECEITAS DA EDUCAÇÃO	2.257.351	2.341.068
RECEITAS DA ÁREA DA SAÚDE		
Colaboração Municipal	1.280.879	1.347.379
Colaboração Louveira	108.000	98.256
Receitas Financeiras	20.574	18.413
TOTAL DAS RECEITAS DA SAÚDE	1.409.453	1.464.048
RECEITAS DA ÁREA DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS		
Recursos na Área de Captação de Recursos	1.472.628	1.483.746
Outros Projetos	61.772	-
Outras Receitas	128.325	106.791
Receitas Financeiras	612.688	792.188
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	2.275.413	2.382.725
TOTAL DAS RECEITAS	6.059.671	6.256.778

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais

DESPESAS	2017	2016
DESPESAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL		
Despesas com Pessoal	(207.518)	(144.517)
Despesas Administrativas	(13.453)	(10.006)
Despesas com Consumo Diversos	(17.093)	(2.193)
Despesas Financeiras	(504)	(238)
TOTAL DAS DESPESAS DA ASSISTENCIA SOCIAL	(238.568)	156.954
DESPESAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO		
EDUCAÇÃO ESTADUAL		
Despesas com Pessoal	(836.790)	(1.111.283)
Despesas Administrativas	(70.944)	(74.663)
Despesas com Consumo Diversos	(29.782)	(33.626)
Demais Despesas Associadas as Atividades	-	-
Despesas Financeiras	(269)	(275)
EDUCAÇÃO MUNICIPAL		
Despesas com Pessoal	(1.113.114)	(1.062.719)
Despesas Administrativas	(129.356)	(130.775)
Despesas com Consumo Diversos	(563.709)	(658.835)
Demais Despesas Associadas as Atividades	(480)	-
Despesas Financeiras	(663)	(473)
TOTAL DAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO	(2.745.107)	(3.072.649)
DESPESAS DA ÁREA DA SAÚDE		
SAÚDE MUNICIPAL		
Despesas com Pessoal	(1.486.618)	(1.491.721)
Despesas Administrativas	(139.963)	(119.597)
Despesas com Consumo Diversos	(177.956)	(237.630)
Despesas Financeiras	(1.070)	(1.326)
Outras Despesas Operacionais	-	(626)

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais

SAÚDE LOUVEIRA

Despesas com Pessoal	(99.120)	(81.473)
Despesas Administrativas	(5.582)	(4.931)
Despesas com Consumo Diversos	(18.792)	(24.536)
Despesas Financeiras	(500)	(451)
Outras Despesas Operacionais	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA SAÚDE	(1.929.601)	(1.962.291)

DESPESAS DA ÁREA DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Despesas com Pessoal	(161.402)	(305.020)
Despesas Administrativas	(38.314)	(28.803)
Despesas com Consumo Diversos	(150.009)	(178.275)
Demais Despesas Associadas as Atividades	(51.162)	(102.337)
Despesas Financeiras	(48.706)	(44.149)
Outras Despesas Operacionais	(93.813)	(96.462)
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	(543.406)	(755.046)

TOTAL DAS DESPESAS	(5.456.682)	(5.946.940)
---------------------------	--------------------	--------------------

SUPERÁVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO	602.989	309.838
---	----------------	----------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiaí

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Exercício</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	8.262.445	-	8.262.445
Superávit do exercício	-	309.838	309.838
Transferência do superávit sem restrição	309.838	(309.838)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8.572.283	-	8.572.283
Superávit do exercício	-	602.989	602.989
Transferência do superávit sem restrição	602.989	(602.989)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	9.175.272	-	9.175.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá

Demonstrações do Fluxo de Caixa Para os exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	602.989	309.838
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	285.946	251.310
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	2.298	1.174
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações Financeiras	(829.477)	(333.407)
Contas a Receber	273.438	(59.564)
Outros Ativos	19.839	54.847
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(10.780)	16.235
Obrigações Sociais e Fiscais	(28.410)	22.765
Provisão de Férias	8.147	(2.598)
Outras Obrigações	(1.375)	1.277
Receitas Diferidas/Projetos a Executar	87.837	163.044
Constituição/reversão provisão para contingências	(110.406)	7.202
Geração (utilização) de caixa as atividades operacionais	300.046	432.123
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(286.867)	(451.797)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(286.867)	(451.797)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	13.179	(19.674)
Caixa e equivalentes no início do período	29.160	48.834
Caixa e equivalentes no fim do período	42.339	29.160
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	13.179	(19.674)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A APAE é uma pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos e econômicos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município e comarca de Jundiá.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiro

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos circulantes e não circulantes.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 05.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os adquiridos por terceiros que são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, mencionados na nota explicativa n.º 06.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Gratuidades

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SEM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Poupança	12.311	6.069
Aplicações em fundos de investimentos Curto Prazo	234.293	149.027
Aplicações em fundos de investimentos Longo Prazo	6.449.158	5.854.294
Total	6.695.762	6.009.390

O Estatuto da Entidade estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Diretoria irá utilizar integralmente o saldo dos valores registrados em “Aplicações Financeiras” na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizadas para construções, reformas, benfeitorias, aquisição de bens do ativo imobilizado e na atividade fim.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Aplicações em fundos de investimentos	352.650	209.545
Total	352.650	209.545

5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	Anual	31.12.2016				31.12.2017
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo						
Terrenos	-	31.781	-	-	-	31.781
Edificações	4	3.715.849	-	-	91.947	3.807.796
Máquinas, equip. e instalações	10	452.040	59.185	(34.506)	(57.622)	419.097
Móveis e utensílios	10	359.221	45.134	(21.191)	-	383.164
Computadores e periféricos	20	405.272	11.060	(23.931)	57.462	449.863
Veículos	20	103.709	-	-	-	103.709
Construção em andamento	25	-	171.487	-	(91.787)	79.700
Total		5.067.872	286.866	(79.628)	-	5.275.110
Depreciação Acumulada						
Edificações		(1.485.284)	(130.742)	-	(135)	(1.616.161)
Máquinas, equip. e instalações		(259.666)	(36.302)	31.440	57.450	(207.078)
Móveis e utensílios		(203.200)	(29.943)	22.921	-	(210.222)
Computadores e periféricos		(165.225)	(68.508)	22.970	(57.315)	(268.078)
Veículos		(91.092)	(9.659)	-	-	(100.751)
Total		(2.204.467)	(275.154)	77.331	-	(2.402.290)
Total		2.863.405	11.712	(2.297)	-	2.872.820

6. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	Anual	31.12.2016				31.12.2017
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo						
Sistemas e Softwares	20	229.717	-	(118.690)	-	111.027
Total		229.717	-	(118.690)	-	111.027
Amortização Acumulada						
Sistemas e softwares		(209.564)	(10.791)	118.690	-	(101.665)
Total		(209.564)	(10.791)	118.690	-	(101.665)
Total		20.153	(10.791)	-	-	9.362

7. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos Recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício 2017

Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasse Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações	Passivo
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDAÍ	Programa de Atendimento à Família	O programa desenvolve mecanismos para a inclusão social, igualdade de oportunidades e participação das famílias das pessoas com deficiência, prevenindo situações de risco, exclusão, isolamento e rompimento de vínculos familiares e sociais.	3.465	54.961	45	3.432	55.039	-	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA	Convênio Saúde	Prestação de assistência às pessoas com deficiência mental e/ou autismo que atendam os critérios de elegibilidade de cada programa em funcionamento na APAE de Jundiá. Encaminhados pela Prefeitura de Louveira.	-	108.000	338	-	108.338	-	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	Escola de Educação Especial	Promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns de ensino regular, nos termos das normas do Conselho Estadual de Educação e conforme plano de Trabalho, do Processo de nº 1022-0059/2015	-	735.525	8.186	-	709.080	-	34.631	34.631

Continuação Exercício 2017

Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasse Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações	Passivo
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	Convênio Saúde	Desenvolve ações terapêuticas de prevenção e tratamento nas áreas de desenvolvimento infantil, deficiência mental e autismo para pacientes e seus familiares, bem como promove a capacitação de profissionais da rede municipal de saúde.	-	1.395.156	3.325	145.966	1.284.204	31.689	31.696	-
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	Núcleo de Estimulação Precoce - Específica e Global	Atendimento a crianças que apresentam dificuldades no desenvolvimento neuropsicomotor encaminhadas pela Rede Municipal de Ensino	-	866.193	1.343	145.068	782.539	60.071	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	Núcleo de Apoio Pedagógico Educacional - Suplementar e Complementar	Consiste no atendimento pedagógico aos portadores de deficiência ou usuário encaminhados pela rede municipal de ensino.	5.481	766.140	3.828	39.424	763.022	58.783	-	31.786
Total			8.946	3.925.975	17.065	333.890	3.702.222	150.543	66.327	66.417

Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasse Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações	Passivo
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	Programa de Atendimento à Família Janeiro a Março/16	O programa desenvolve mecanismos para a inclusão social, igualdade de oportunidades e participação das famílias das pessoas com deficiência, prevenindo situações de risco, exclusão, isolamento e rompimento de vínculos familiares e sociais.	7.457	9.978	65	6.141	11.359	-	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	Programa de Atendimento à Família Abril a Dezembro/16	O programa desenvolve mecanismos para a inclusão social, igualdade de oportunidades e participação das famílias das pessoas com deficiência, prevenindo situações de risco, exclusão, isolamento e rompimento de vínculos familiares e sociais.	-	43.191	137	-	47.104	3.808	3.465	33
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA	Convênio Saúde	Prestação de assistência às pessoas com deficiência mental e/ou autismo que atendam os critérios de elegibilidade de cada programa em funcionamento na APAE de Jundiaí, encaminhados pela Prefeitura de Louveira.	-	98.256	870	-	99.126	-	-	-

Continuação Exercício 2016

Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasse Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações	Passivo
Modalidade: Custeio Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	Escola de Educação Especial	Promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns de ensino regular, nos termos das normas do Conselho Estadual de Educação e conforme plano de Trabalho, do Processo de nº 1022-0059/2015	-	819.525	12.421	-	831.946	-	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	Convênio Saúde	Desenvolve ações terapêuticas de prevenção e tratamento nas áreas de desenvolvimento infantil, deficiência mental e autismo para pacientes e seus familiares, bem como promover a capacitação de profissionais da rede municipal de saúde.	6.437	1.268.782	3.388	73.806	1.350.767	145.966	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MEC	PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	O programa prevê uma divisão do valor recebido por cada entidade que possui mais de 5 alunos na proporção de 50% em recursos de custeio e 50% em recursos de capital.	-	7.785	577	-	8.362	-	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	Núcleo de Estimulação Precoce - Específica e Global	Atendimento a crianças que apresentam dificuldades no desenvolvimento neuropsicomotor encaminhadas pela Rede Municipal de Ensino	-	858.920	3.801	84.851	922.938	145.068	-	-
Modalidade: Custeio Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	Núcleo de Apoio Pedagógico Educacional - Suplementar e Complementar	Consistem no atendimento pedagógico aos portadores de deficiência ou usuário encaminhados pela rede municipal de ensino.	-	741.004	11.140	77.396	708.690	129.139	5.481	95.196
Total			13.894	3.847.441	32.399	242.194	3.980.292	423.981	8.946	95.229

8. COMPOSIÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

Exercício de 2017 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Descrição</u>	<u>Gratuidades Realizado</u>	<u>Receitas Públicas</u>	<u>Quantidade Média de atendidos</u>
Assistência Social	(238.568)	117.454	184
Educação	(2.745.107)	2.257.351	658
Saúde	(1.929.601)	1.409.453	982
Total	(4.913.276)	3.784.258	1.824

Exercício de 2016 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Descrição</u>	<u>Gratuidades Realizado</u>	<u>Receitas Públicas</u>	<u>Quantidade Média de atendidos</u>
Assistência Social	(156.954)	68.937	362
Educação	(3.072.649)	2.341.068	732
Saúde	(1.962.291)	1.464.048	953
Total	(5.191.894)	3.874.053	2.047

A Entidade possui convênio com o MEC, Secretaria Estadual e Municipal da Educação, conseqüentemente as gratuidades concedidas são de 100% e o excedente das despesas são cobertos por “Receita Própria”.

A Entidade possui convênio com o SUS e o atendimento é de 100% gratuitos, pois não são atendidos procedimentos através “convênios privados e particulares”.

9. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade responde por processos judiciais que envolvem responsabilidades contingenciais. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração da Entidade com base na opinião de seus consultores legais, optou em constituir provisão no montante de R\$ 119.086. (Em 2016 – R\$ 229.492).

10. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a Entidade apurou um custo de R\$ 91.435 e de R\$ 95.158, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

11. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 890.945 e de R\$ 889.366, respectivamente.

12. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre Folha de Pagamento, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

13. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.